



DIÁRIO

da Assembleia da República

X LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2008-2009)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE JUNHO DE 2009

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Jaime José Matos da Gama](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Maria Celeste Lopes da Silva Correia](#)
[Fernando Santos Pereira](#)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 16 minutos.

Procedeu-se à discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º [782/X \(4.ª\)](#) — Preferência pelo recurso à utilização de materiais resultantes de reciclagem na contratação pública (PSD) em conjunto com os projectos de resolução n.ºs [492/X \(4.ª\)](#) — Sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos (PSD), [493/X \(4.ª\)](#) — Centro da Biomassa para a Energia (PSD) e [494/X \(4.ª\)](#) — Gestão dos óleos alimentares usados (PSD). Após terem usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados [Miguel](#)

[Almeida](#) (PSD), [Alda Macedo](#) (BE), [Horácio Antunes](#) (PS), [António Carlos Monteiro](#) (CDS-PP), [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Luís Vaz](#) (PS), [José Eduardo Martins](#) (PSD), [Miguel Tiago](#) (PCP), [Jovita Ladeira](#) (PS) e [Agostinho Lopes](#) (PCP), aqueles diplomas foram rejeitados.

Deu-se conta da apresentação dos projectos de lei n.ºs 802, 803 e 806/X (4.ª) e dos projectos de resolução n.ºs 502 e 503 e 505 e 506/X (4.ª).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 16 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto Marques Antunes
Alberto de Sousa Martins
Alcídia Maria Cruz Sousa de Oliveira Lopes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Cardoso Duarte da Rocha
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Martins Seguro
António Ramos Preto
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Aurélino Paulo da Costa Henriques Barradas
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
David Martins
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Elísio da Costa Amorim
Esmeralda Fátima Quitério Salero Ramires
Fernando Manuel Amaro Pratas
Fernando Manuel de Jesus
Fernando dos Santos Cabral
Glória Maria da Silva Araújo
Horácio André Antunes
Hugo Miguel Guerreiro Nunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jacinto Serrão de Freitas
Jaime José Matos da Gama
Joana Fernanda Ferreira Lima
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Bravo Nico
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Eduardo Vera Cruz Jardim

Jovita de Fátima Romano Ladeira
João Barroso Soares
João Carlos Vieira Gaspar
João Cândido da Rocha Bernardo
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel José Mártires Rodrigues
Manuel Luís Gomes Vaz
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Eugénia Simões Santana Alho
Maria Helena Terra de Oliveira
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Idalina Alves Trindade
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Isabel da Silva Pires de Lima
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Júlia Gomes Henriques Caré
Maria Manuel Fernandes Francisco Oliveira
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Marisa da Conceição Correia Macedo
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmiento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Paulo José Fernandes Pedroso
Pedro Nuno de Oliveira Santos

Renato Luís Pereira Leal
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rita Susana da Silva Guimarães Neves
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Teresa Maria Neto Venda
Umberto Pereira Pacheco
Vasco Seixas Duarte Franco
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Victor Manuel Bento Baptista
Vitor Manuel Pinheiro Pereira

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio André Brandão de Almeida Teixeira
Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Joaquim Almeida Henriques
António Manuel de Campos
António Paulo Martins Pereira Coelho
António Ribeiro Cristóvão
Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Emídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Fernando dos Santos Antunes
Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Helena Maria Andrade Cardoso Machado de Oliveira
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Luís Fazenda Arnaut Duarte

José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Pereira da Costa
José Manuel de Matos Correia
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
José de Almeida Cesário
João Bosco Soares Mota Amaral
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
Luís Miguel Pais Antunes
Luís Miguel Pereira de Almeida
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Magda Andrea Gonçalves Borges
Manuel Filipe Correia de Jesus
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frاسquilho
Mário Patinha Antão
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Miguel da Silva Santos
Pedro Augusto Cunha Pinto
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Miguel de Santana Lopes
Pedro Quartim Graça Simão José
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Sérgio André da Costa Vieira
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Bruno Ramos Dias
Francisco José de Almeida Lopes
José Batista Mestre Soeiro
José Honório Faria Gonçalves Novo
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro
João Guilherme Nobre Prata Frاسoso Rebelo

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
Ana Isabel Drago Lobato
Fernando José Mendes Rosas
Helena Maria Moura Pinto
João Pedro Furtado da Cunha Semedo
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

José Luís Teixeira Ferreira

Deputados não inscritos em grupo parlamentar (N insc.):

José Paulo Ferreira Areia de Carvalho
Maria Luísa Raimundo Mesquita

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a ordem do dia de hoje resulta de um agendamento potestativo do PSD e destina-se à apreciação, na generalidade, do projecto de lei n.º 782/X (4.ª) — Preferência pelo recurso à utilização de materiais resultantes de reciclagem na contratação pública (PSD), e em conjunto com os projectos de resolução n.ºs 492/X (4.ª) — Sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos (PSD), 493/X (4.ª) — Centro da Biomassa para a Energia (PSD) e 494/X (4.ª) — Gestão dos óleos alimentares usados (PSD).

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Almeida.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Comemoramos, hoje, o Dia Mundial do Ambiente.

Embora, ainda hoje em dia, por vezes, longe de um reconhecimento generalizado por parte dos cidadãos, relativamente à sua relevância fundamental para todas as actividades do planeta, o certo é que as matérias ambientais, a defesa de uma gestão racionalizada dos recursos da terra e as suas interdependências e interconexões com os critérios do consumo são chamados a assumir, cada vez mais, um papel basilar e verdadeiramente preponderante nas nossas vidas e, sobretudo, nas das gerações futuras.

Identificadas e já devidamente rastreadas que estão as insuficiências da natureza e dos seus recursos para acompanharem um ritmo frenético de delapidação e de consumo, como o actualmente vigente, sobretudo nos países denominados do «Primeiro Mundo», torna-se imperativo impor práticas e lógicas de funcionamento colectivo que visem adequar esses comportamentos e atitudes a níveis sustentáveis de actuação, sob pena de, a mais curto ou médio prazo, suscitarmos rupturas irreversíveis nas cadeias e nas redes naturais que suportam, ainda, os nossos modos de vida.

E se, por um lado, a garantia de um alcance absoluto desses padrões de comportamento e de actuação sustentáveis apenas poderá advir de uma profunda alteração dos *currícula* e de critérios nos sistemas educativos — mas, ainda assim, com efeitos a longo prazo —, por outro, sobretudo no curto prazo, não nos restam outros caminhos que não os que passam por frequentes e intensas acções de formação e de informação, aos cidadãos em geral, em matéria ambiental ou, então, por via de legislação que convide à mudança de comportamentos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Chegámos, pois, na história da evolução da humanidade, a um estágio em que se impõe a adopção urgente e universal de medidas e de padrões de conduta que, em conjunto, possam ter um efeito eficaz de travagem e de emenda dos percursos autodestrutivos que, em muitos casos, vêm sendo adoptados pelo homem em matéria de ambiente, de energia e de consumo.

A Lei de Bases do Ambiente de 1987 define «ambiente» como o «conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem». Uma tal definição implica, por

isso, uma série de interdependências, de vasos comunicantes e de nexos de causalidades no todo comunitário que nos levam, inevitavelmente, a ter de abordar a gestão das matérias ambientais de uma forma sistémica, sob pena de aos *inputs* induzidos ou às medidas aprovadas poderem não vir a corresponder os efeitos desejados.

Um dos componentes ambientais humanos onde se afirma mais notória a necessidade dessa análise e gestão sistémicas é o dos resíduos. Desde logo, porque, nos resíduos, toda a gestão tem de partir de uma fidedigna identificação das várias fases do ciclo de vida dos produtos, objectos ou substâncias.

De outro modo, e também sem uma responsabilização directa e total de todos e de cada um dos intervenientes, de per si, nessa cadeia, tornar-se-á, pura e simplesmente, inviável qualquer tentativa de evitar que desses resíduos venham a resultar danos ou prejuízos para o homem e para o ambiente.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cientes desta responsabilidade colectiva, que é a da urgência de uma gestão mais racional nalguns subsectores dos resíduos, não utilizaremos este debate — não o vamos fazer! — para nos pronunciarmos sobre a falta de política ambiental deste Governo ou sobre a inexistência de um ministro. Queremos, antes, comemorar este Dia Mundial do Ambiente com propostas concretas para a resolução dos problemas.

Assim, entendeu o Grupo Parlamentar do PSD trazer a debate, neste dia, as quatro iniciativas agora expostas ao escrutínio da Câmara.

No que respeita à racionalização dos actuais sistemas plurimunicipais de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU), poder-se-á afirmar que, após a infra-estruturação com equipamentos e serviços, que ocorreu na última década, registaram-se melhorias significativas ao nível da separação dos resíduos, da sua recolha e do seu destino final, com melhores níveis de atendimento e, consequentemente, também, de qualidade de vida das populações, bem como de ambiente.

Não obstante, tal como em qualquer outro processo evolutivo, num balanço actual, é possível e desejável apurar as insuficiências e desenhar as melhorias necessárias que resultem em consequências positivas para o erário público, através de uma redução das despesas com o funcionamento desses sistemas.

Entre outros, os problemas identificados, hoje em dia, nos sistemas de gestão de RSU, no nosso País, são, fundamentalmente, os seguintes: problemas de escala e de modelo de actuação, onde ainda existem sistemas baseados na mera deposição dos resíduos em aterro, o que tem levado, obviamente, ao rápido e progressivo esgotamento da capacidade dos mesmos; dificuldades na progressão firme para processos de recolha selectiva dos materiais recicláveis; questões de tarifação, sobretudo na quase totalidade dos sistemas intermunicipais, nos quais se evidenciam diferenças significativas entre as tarifas de equilíbrio estimadas e as tarifas efectivamente praticadas, com consequências muito comprometedoras para o equilíbrio desses sistemas a médio e a longo prazos.

A Sr.^a **Rosário Cardoso Águas** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Esta mesma avaliação contextual serviu, aliás, de base à primeira iniciativa que apresentámos, já na presente Legislatura, então em Abril de 2006, a qual viria a ser, contudo, rejeitada.

O projecto de resolução que hoje discutimos tem em conta alguns aspectos que se evidenciaram naquele debate parlamentar, numa tentativa de encontrar o desejado consenso para que, mais uma vez, o óbvio não fique por fazer.

Quanto ao projecto de resolução sobre a gestão dos óleos alimentares usados (OAU), importa referir que estes constituem um resíduo muito especial tanto quanto à sua natureza como no tocante ao potencial que encerram, de contributo positivo para a gestão energética.

De facto, a sua recolha adequada e o seu reprocessamento permite transformá-los em combustível para veículos, com menores níveis de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), sendo, obviamente, menos um poluente «à solta» para causar danos no ambiente e na natureza.

Aplausos do PSD.

Isto, naturalmente, para além de ser mais um contributo para a diminuição das importações de petróleo.

Só que, não obstante algumas experiências de sucesso, porém, ainda de carácter muito ocasional e isolado, o nosso País não dispõe, ainda hoje, de qualquer estrutura minimamente organizada para uma adequada gestão e reaproveitamento do potencial destes resíduos a nível nacional.

Uma ilustração caricaturalmente negativa do que acabo de afirmar foi, infelizmente, proporcionada pelo lamentável episódio ocorrido com a Junta de Freguesia da Ericeira,...

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — ... que, como todos se recordarão, acabou por ser multada, em 7000 €, por cometer o crime de utilizar óleos reciclados para mover a sua frota de viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos.

A Sr.^a **Rosário Cardoso Águas** (PSD): — Uma vergonha!

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Pelo que se impõe, Srs. Deputados, uma inventariação dos óleos alimentares usados originados no nosso País, com a identificação das respectivas origens, dos circuitos existentes e do seu transporte e valorização; a criação de uma entidade gestora de sistema integrado ao nível nacional, aliás, à semelhança do que acontece com as outras fileiras de resíduos; a criação de condições para o maior aproveitamento possível deste resíduo para biodiesel; a instalação pública, pelos municípios, das infra-estruturas e dos equipamentos adequados para a sua recolha.

Não esqueçamos, Srs. Deputados, que a única matéria-prima para a produção de biocombustíveis que reúne consenso é exactamente a dos óleos alimentares usados.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Tal e qual!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Relativamente ao projecto de resolução sobre o Centro da Biomassa para a Energia (CBE), devemos salientar que esta estrutura pública, situada em Miranda do Corvo, foi criada na última década do século passado e visou, numa primeira fase, estimular o aproveitamento racional destes recursos nacionais, designadamente ao nível energético.

O CBE assumiu, por isso, na altura, também um papel pioneiro e relevante, sobretudo ao nível da difusão das valências decorrentes de um aproveitamento racional da biomassa.

Porém, hoje em dia, esse papel encontra-se esgotado. Basta atentar, por exemplo, nas centrais de biomassa que já estão em funcionamento e naquelas que estão prometidas, mas que tardam em ver a luz do dia.

Por isso, o Centro da Biomassa para a Energia deverá evoluir, agora, para o exercício de funções mais actuais e compatíveis com o seu renovado estatuto público. Deverá evoluir, desde logo, para um observatório da biomassa.

Mas, para além disso, o CBE poderá e deverá, na nossa opinião, evoluir para um papel de centro de informação nacional sobre a gestão da biomassa e as actividades com ela relacionadas. Também deverá revestir as vestes de entidade nacional certificadora dos produtos e derivados da biomassa, para além de ter funções de fiscalização do funcionamento das centrais de produção energética, entretanto em funcionamento.

Finalmente, o CBE encontra-se talhado para assumir as funções e as responsabilidades inerentes a uma entidade gestora de um plano nacional para a valorização energética da biomassa florestal.

No que respeita ao projecto de lei apresentado, queremos sublinhar que ao Estado e às demais entidades públicas se encontram reservadas especiais responsabilidades no tocante à promoção das condições adequadas às transformações económico-sociais indispensáveis à evolução da sociedade. É nesse sentido que entendemos que cabe igualmente ao Estado, em harmonia com os princípios fundamentais da gestão dos

resíduos decorrentes tanto da legislação comunitária como nacional, promover uma verdadeira política dos três *rr* nas adjudicações em sede de contratação pública.

Daí a necessidade sentida pelo Grupo Parlamentar do PSD de proceder ao necessário ajustamento neste sentido no código da contratação pública vigente.

Com esta iniciativa, pretende-se criar um incentivo claro à constituição de um verdadeiro mercado da reciclagem ao nível nacional, pois, uma vez que as empresas e os cidadãos pressintam que os resíduos têm um efectivo valor económico de mercado e que os podem reciclar, então instituir-se-ão de imediato, espontaneamente, as necessárias relações, redes e interdependências que sustentarão o funcionamento real desse mesmo mercado.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este acervo de iniciativas que trazemos aqui à vossa consideração não pretende, de forma alguma, esgotar a latitude das soluções ambientais. No entanto, constitui um contributo muito expressivo para que o nosso País dê passos firmes e relevantes no caminho de uma sociedade mais descarbonizada, sustentável e geracionalmente solidária.

Assim tenham o Governo e os grupos parlamentares o discernimento, a elevação e a coragem política para o entenderem e darem o adequado andamento a este conjunto de medidas que hoje, aqui, apresentamos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, três Srs. Deputados.
Tem a palavra a Sr.^a Deputada Alda Macedo.

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Almeida, deixe-me dizer-lhe que a apreciação global que o Bloco de Esquerda faz sobre a iniciativa do PSD é de regozijo por esta matéria ser trazida, hoje, ao Parlamento.

Quero ainda declarar que, no que respeita aos eixos centrais das propostas contempladas pelo PSD, no essencial, estamos de acordo com elas.

No entanto, há algumas matérias que precisam de ser clarificadas. E já que o PSD, hoje, entende que deve ser feita uma discussão séria sobre a forma como se sistematizam as políticas para o ambiente, particularmente na área que aqui traz, que é a do tratamento de resíduos, há uma matéria sobre a qual não posso deixar de questionar o PSD.

A questão que quero colocar-lhe tem que ver com o conhecimento que tivemos recentemente da existência, em Trajouce, de uma lixeira de resíduos clandestina. Na verdade, isto é um crime contra o ambiente, absolutamente intolerável nos nossos dias. Não é aceitável que se prolongue, ao longo de anos, a deposição ilegal de lixo ao ponto de se acumularem 150 000 t de resíduos em misturas que já se tornaram verdadeiros *cocktails* explosivos de resíduos ali contidos e a empresa Tratolixo, que, como sabe, abrange os municípios de Cascais, Oeiras, Mafra e Sintra, tem um plano que vai custar aos munícipes cerca de 2 milhões de euros. Ora, os munícipes destes concelhos vão pagar 2 milhões de euros por um crime pelo qual não têm responsabilidade! Crime que começou por ser daquele que o praticou activamente, isto é, daquele que foi responsável pela deposição ilegal destes lixos, mas também crime de conivência passiva por parte daquele que deixou andar, deixou arrastar, ao longo de sucessivos anos, um verdadeiro atentado contra o ambiente, absolutamente intolerável. E quem paga agora? Pagam os munícipes.

Sr. Deputado, explique-nos: o que pensa o PSD sobre uma matéria desta natureza?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Almeida.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Alda Macedo, o PSD, nesta matéria, tem um pensamento muito próximo daquele que a Sr.^a Deputada aqui referiu: não entendemos que seja um crime, mas é, de facto, um dano ambiental gravíssimo. Portanto, o PSD condena o que se passou em Trajouce.

Condena o Ministério do Ambiente, porque, durante vários anos, não conseguiu detectar — passou-lhes ao lado — o que se passava ali, mas condena também as associações ambientalistas, que várias vezes visitaram o local e também não chamaram a atenção para o que lá se passava.

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — E as autarquias, não?!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Foram várias as associações ambientalistas, Srs. Deputados.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — A Quercus!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Na altura, foram lá fazer divulgação e promoção àquilo que lá se passava, como se fosse uma solução ambientalista muito correcta!

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — A Quercus! Todas as semanas!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Mas, obviamente, quem tem responsabilidades nessa matéria é o Ministério do Ambiente.

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — E as autarquias estão inocentes?!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Sr.^a Deputada, não fugimos às palavras e, portanto, condenamos aquilo que se passou em Trajouce.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — E as autarquias?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Horário Antunes.

O Sr. **Horácio Antunes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Almeida, foi com imenso prazer que o ouvi falar hoje sobre ambiente, uma vez que estamos no Dia Mundial do Ambiente. Além de mais, as preocupações que nos trouxe são também nossas e temo-las acompanhado a par e passo.

Antes de lhe fazer algumas perguntas, permita-me que lhe diga que o problema dos resíduos sólidos, em Portugal, já está a ser equacionado, e da melhor maneira, porquanto, desde há algum tempo, com a instalação dos centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos (CIRVER), muitos resíduos sólidos, mesmo perigosos, estão a ser tratados e devidamente equacionados,...

Vozes do PS: — É verdade!

O Sr. **Horácio Antunes** (PS): — ... para além da co-incineração que está a ser tratada nas cimenteiras.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não está, não!

O Sr. **Horácio Antunes** (PS): — Falou o Sr. Deputado nalgumas situações que devemos tratar com a devida atenção e uma delas tem que ver com o Centro da Biomassa para a Energia.

Desde logo, o Centro da Biomassa para a Energia não foi inaugurado em 1999, foi, sim, criado em 1989 e em 1993 já estava em funcionamento. E foi feito numa parceria com 15 instituições, todas elas de relevo, que tentaram equacionar o problema da biomassa, em Portugal.

Ora, sendo nós um país com a dimensão florestal que temos, com mais de 38% de floresta a cobrir o nosso território; sendo nós, hoje, um país que está a fazer centrais de biomassa, penso que é agora o tempo adequado de falar disto. Talvez o Centro da Biomassa para a Energia tenha vindo um pouco antecipado no tempo.

Também deixe-me dizer-lhe que esta é uma situação que está devidamente equacionada pelos Ministérios da Economia e da Agricultura, fundamentalmente através das Direcções-Gerais de Energia e Geologia e das Florestas. E se é verdade que nos coloca aqui algumas das missões que o Centro da Biomassa devia ter, gostaria de dizer que, para além dessas — e, tal como o Sr. Ministro disse na inauguração da Central de Biomassa Florestal de Ródão, em 2007, vai ser concretizado um diploma para a criação do observatório da biomassa —, este observatório de biomassa, este Centro da Biomassa para a Energia situado em Miranda do Corvo poderia ainda ter mais algumas funções.

Desde logo, também deveria ser um centro de formação adequado a todos os seus parceiros, ter ainda mais estudos laboratoriais (porque esse era, efectivamente, um dos trabalhos que fazia para os seus clientes) e, acima de tudo, fazer uma grande prestação de serviços para as empresas. Mas deixe-me adiantar que, efectivamente, esta é uma situação já equacionada pelas Direcções-Gerais.

Gostava de saber se isto não o satisfaz, Sr. Deputado.

Questiono também se, de algum modo, este projecto de resolução do PSD não vem um pouco a reboque do que, efectivamente, nós e os Ministérios da Economia e da Agricultura estão a fazer neste momento.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Almeida.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Horácio Antunes, é sempre um prazer poder fazer estes debates consigo, porque, na generalidade, estamos sempre de acordo, o que é altamente positivo — registo. Contudo, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe aquilo em que não estamos de acordo.

Desde logo, fico satisfeito que um Sr. Deputado do distrito de Coimbra tenha vindo aqui defender que o Centro da Biomassa para a Energia em Miranda do Corvo não saia de Miranda do Corvo.

O Sr. **Horácio Antunes** (PS): — Não sai, não sai!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — O Sr. Deputado disse que a questão dos resíduos agora está a ser tratada. Não é «agora»...

O Sr. **Horácio Antunes** (PS): — Por este Governo!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Não, Sr. Deputado. Está a ser tratada há muito tempo!

Aliás, logo a seguir, o Sr. Deputado ofereceu-nos os CIRVER. Deu um bom exemplo ao falar dos CIRVER! Sr. Deputado, não sabe como, nesta bancada, nós, principalmente o Sr. Deputado José Eduardo Martins, gostamos de o ouvir falar assim, porque, como é evidente, todos os pais têm orgulho nos seus filhos...

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — ... e nós, deste lado, temos muito orgulho nos CIRVER!!

Risos do Deputado do PSD José Eduardo Martins.

De facto, é graças a este governo...

Vozes do PS: — Muito bem! Muito bem!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Srs. Deputados, todos temos um *lapsus linguae*.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Tem de reciclar essa frase!...

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — É evidente que queria dizer que foi graças ao governo do PSD/CDS que os CIRVER foram feitos

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Os Srs. Deputados perceberam o que eu quis dizer, mas deu-lhes jeito...

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — São uns brincalhões!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Vamos, então, ao Centro da Biomassa para a Energia.

Sr. Deputado Horácio Antunes, de facto, o Sr. Ministro disse que iria ser criado um observatório, mas não disse, em momento algum, que o observatório de biomassa ia ficar em Miranda do Corvo, por isso apresentámos este projecto de resolução. Aliás, foi por isso que a Sr.^a Presidente da Câmara nos mandou um ofício, penso que o Grupo Parlamentar do PS também o terá recebido, porque julgo que foi enviado para todos os grupos parlamentares, bem como para os Srs. Ministros da Economia e da Agricultura.

Eu próprio também falei com a Direcção-Geral de Energia e Geologia e foi-me dito que não havia qualquer indicação de que este observatório iria para Miranda do Corvo. Mas fico muito satisfeito que vá, porque não faz sentido ir para outro lado! As instalações estão lá e existe *know-how*.

Portanto, fico muito satisfeito e, se de alguma coisa serviu a apresentação deste projecto de resolução — espero que não o tenham enganado a si, Sr. Deputado, e que, de facto, tenha vindo aqui dar a informação correcta! — foi termos ficado a saber que o Centro da Biomassa para a Energia não vai sair de Miranda do Corvo.

Fico, pois, muito satisfeito com isso. Já serviu de alguma coisa a apresentação deste projecto de resolução.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Almeida, peço desculpa que lhe diga mas penso que cometeu um erro logo no início deste debate quando disse, da tribuna, que não ia denunciar as falhas do Governo na política de ambiente. E digo que cometeu um erro porque, Sr. Deputado, sem referir essas falhas, não é possível compreender sequer a razão pela qual o PSD apresenta estes projectos!

Portanto, sendo assim, é claro que, logo à partida, não se compreende por que razão foi apresentado um projecto de resolução em relação à gestão dos óleos alimentares usados. Se algum sentido faria apresentar este projecto de resolução é pela forma como o Governo tem gerido a produção de biodiesel, que levou um conjunto de entidades, nomeadamente, a Junta de Freguesia da Ericeira — e, em tempo oportuno, o CDS dirigiu vários requerimentos ao Governo no sentido de procurar resolver essa situação... Evidentemente, continuamos sem ter uma política definida por parte do actual Governo em relação aos óleos alimentares usados.

Sr. Deputado, confesso que, quando olho para o seu projecto de resolução, fico com algumas dúvidas: fará sentido criar-se mais uma estrutura especificamente para os óleos alimentares usados? Será que faz sentido ter mais uma entidade gestora, num universo cada vez maior de unidades gestoras, cada uma para a sua fileira? É ou não necessário repensar todo este sistema, repensar todas estas entidades gestoras? Nomeadamente, em relação aos óleos alimentares usados, há que pensar que o seu principal custo é a recolha, com a participação das autarquias locais, dos municípios, das juntas de freguesia — e ainda há pouco referi a da Ericeira.

Sr. Deputado, em relação à questão da biomassa, também aqui falada, compreendo perfeitamente que se procure saber se se pretende transformar o Centro da Biomassa para a Energia de Miranda do Corvo no

observatório nacional, mas o problema é que, em relação à matéria da biomassa, o PSD acertou completamente ao lado! Há algumas questões importantes que este projecto de resolução não coloca nem aponta o caminho.

A primeira pergunta é, evidentemente: onde estão as 15 centrais? Neste momento, das 15 centrais, o actual Governo nada apresenta! É importante saber por que razão não há essas 15 centrais e por que razão não funcionam!? E, Sr. Deputado, penso que todos sabemos a resposta: isto acontece porque a biomassa está a ser exportada do País. Porquê? Porque a tarifa não é suficientemente atractiva para que estas centrais funcionem.

Ora, estas questões têm de ser pensadas, porque estas centrais são fundamentais para o combate aos incêndios para aproveitar os resíduos da limpeza das nossas florestas, estando nós num momento em que se aproxima a época de incêndios.

Sr. Deputado, sem fazer uma crítica às políticas do Governo, dificilmente se compreendem as propostas do PSD. Portanto, agradeço antecipadamente os esclarecimentos que, com toda a certeza, irá prestar-me.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Almeida.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Carlos Monteiro, ao contrário do Governo, gostávamos de comemorar hoje o Dia Mundial do Ambiente com poucas palavras, com pouca retórica. Gostávamos de comemorar o Dia Mundial do Ambiente com acção.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — E foi isso que fizemos. Viemos aqui ajudar no todo colectivo com as nossas propostas para que, de facto, pelo menos de vez em quando, se comemore o Dia Mundial do Ambiente com menos palavras e mais acção!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Sr. Deputado, percebo o que diz. Também eu referi que havia centrais que tardavam em ver a luz do dia e, portanto, nessa matéria, estamos à vontade. Lembro-lhe que quem apresentou o projecto de resolução, aprovado por unanimidade neste Casa, a recomendar ao Governo que avançasse com as centrais de biomassa — a de resíduo florestal — foi o PSD; quem apresentou um projecto de resolução que referia que a tarifa era baixa, foi o PSD. Portanto, nessa matéria, o CDS não vem trazer algo de novo. Já passou esse tempo!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quem apresentou foi o CDS!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Não, não! Nós apresentámos essas propostas!

Hoje, não viemos aqui fazer discursos — e assumimos isso claramente —, ao contrário do que o Governo faz, que hoje irá comemorar o Dia Mundial do Ambiente com um discurso enfático do Sr. Ministro em qualquer lado do País, de onde não resultará algo de novo! Nós viemos apresentar propostas concretas!

Nós já aqui fizemos um balanço da governação deste Ministério do Ambiente e voltaremos a fazê-lo no final da Legislatura — aliás, é muito fácil fazê-lo, porque é inexistente —, mas isso é para outro momento; agora, trazemos propostas concretas e sobre elas o Sr. Deputado nada disse. Fico satisfeito, porque é evidente que estará de acordo com elas, porque, senão, tê-lo-ia referido.

Penso, portanto, que não acertámos ao lado no que se refere ao Centro, porque a nossa proposta não é para falar de centrais é para falar do Centro da Biomassa para a Energia. E é sobre esse Centro que hoje gostávamos que, de facto, se recomendasse ao Governo que não saísse de Miranda do Corvo, que se aproveitasse as instalações — não sei se o Sr. Deputado as conhece, mas, se as conhecesse, ficava de

facto... —, porque é evidente aos olhos de qualquer um que aquelas instalações e aquele potencial humano não podem estar ali ao abandono, têm de ser aproveitados.

Ora, já que o Governo quer fazer um observatório da biomassa, nada melhor do que aproveitar aqueles instalações e juntar o útil ao agradável, ficando em Miranda do Corvo. E não percamos tempo, porque o País precisa, de facto, de um Centro da Biomassa para a Energia.

Portanto, Sr. Deputado, eu comungarei consigo, seguramente, as críticas que pretende fazer ao Governo em matéria de ambiente, mas, no nosso caso, temos outro calendário e teremos outro dia para o fazer. Hoje temos propostas concretas, porque gostávamos de comemorar, como tenho dito desde o início, o Dia Mundial do Ambiente de forma diferente.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Almeida, quero colocar-lhe duas questões relacionadas com o projecto de resolução 493/X (4.^a), porque, pela leitura que fizemos, ficamos duas reservas, que gostávamos de ver esclarecidas.

A primeira reserva tem a ver com a transformação do Centro de Biomassa para a Energia num observatório nacional para a biomassa. Queremos saber se o PSD acha mesmo necessário transformar o Centro de Biomassa para a Energia, cuja natureza jurídica é uma associação científica e técnica de direito privado, sem fins lucrativos, num observatório nacional para a biomassa. Pergunto se não seria melhor criar o que se pretende no projecto e deixar o Centro da Biomassa para a Energia continuar o importante trabalho que tem vindo a desenvolver. A nós parece-nos que sim, mas quero também ouvir a opinião do PSD.

A segunda reserva que temos em relação a este projecto de resolução tem a ver com a pretensão de adicionar a esse observatório a atribuição de certificar os produtos e derivados da biomassa, uma vez que a acreditação de uma entidade certificadora é conferida por organismos acreditadores independentes, os quais têm como missão reconhecer a competência técnica daquelas entidades num dado âmbito e de acordo com as referências internacionais. Portanto, a minha questão é a de saber se o PSD acha razoável ou sensato estar a recomendar ao Governo que adopte medidas para transformar o Centro de Biomassa para a Energia numa entidade certificadora, quando essa competência pertence a organismos independentes.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Almeida.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Luís Ferreira, muito obrigado pelas questões que me coloca.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte: este foi um trabalho feito em conjunto com o Centro da Biomassa para a Energia, pois nós reunimos com ele. E, ao contrário do que o Sr. Deputado aqui referiu, hoje em dia, infelizmente, não é como o Sr. Deputado diz, já não há um extraordinário trabalho do Centro da Biomassa para a Energia, porque aquilo está abandonado. E esse é que é o problema! Portanto, falta valência ao Centro da Biomassa para a Energia.

Foram a Câmara Municipal de Miranda do Corvo e a Direcção do Centro da Biomassa para a Energia que nos propuseram que faria sentido que um tal observatório que o Governo pretende criar pudesse ser feito ali.

Mas, como viu, no nosso projecto de resolução não dizemos unicamente que aquilo se deve transformar num observatório para a biomassa. Não! Deve ser feito o observatório para a biomassa, mas com outras valências, entre as quais aquela que o Sr. Deputado agora referiu da entidade certificadora. E aí, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe, que também foi a Direcção do Centro da Biomassa para a Energia que nos explicou — e, depois, tivemos oportunidade de confirmar — que, hoje em dia, se alguém for a uma qualquer superfície comercial comprar briquetes para utilizar em sua casa, esses briquetes não estão certificados.

Ora, é preciso haver alguém que os certifique, porque também é uma questão de defesa do consumidor. Isto porque nós podemos ter duas embalagens diferentes, com PCI's diferentes mas com preços iguais. Ora, o preço para mim não é o suficiente — o PCI, como sabe, é mais importante —, portanto, é preciso haver alguém que certifique os briquetes e a entidade pode fazer este trabalho tem capacidade para o fazer.

Não sei se o Sr. Deputado conhece as instalações do Centro da Biomassa para a Energia, mas, se puder, visite-as, porque, como disse o Sr. Deputado Horácio Antunes, também tem bons laboratórios — infelizmente, hoje em dia, desactivados —, bons técnicos e todas as condições para poder ser também uma entidade certificadora.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vaz.

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É bom recordar que se comemora hoje o Dia Mundial do Ambiente e, mais do que propostas irrealistas, desenquadradas, ou de palavras utópicas, é fundamentalmente necessária acção!

E, se é cada vez maior a consciência de que o planeta está doente, sobretudo devido à desenfreada exploração de recursos e também a algum desconhecimento dos malefícios de políticas industriais seguidas sobretudo durante o séc. XX, maior deve ser a exigência dos cidadãos para com os seus próprios actos, exigindo, também e colectivamente, ao poder político que mantenha o ambiente na primeira linha da agenda global, tanto mais que hoje se conhecem as verdadeiras causas da maioria dos males que assolam o ambiente.

Com ou sem desequilíbrios na distribuição populacional e na riqueza, que hoje e há muito tempo são uma realidade no mundo, que verdadeiramente se impõe combater, é fundamental defender o ambiente e racionalizar a exploração dos recursos, numa gestão que permita a sustentabilidade da vida e a continuidade do ser humano na terra.

A poluição atmosférica e as emissões de CO₂, o aumento do efeito de estufa, a degradação dos recursos hídricos e a cada vez maior escassez de água potável, a desflorestação, a excessiva exploração de recursos não renováveis, a extinção de espécies, a degradação e empobrecimento de solos e as alterações climáticas são, pois, muitos dos problemas que assolam a humanidade e que globalmente têm de ser (e estão sendo) encarados pela comunidade internacional.

A cada um dos países individualmente cabe também a responsabilidade de cumprir as metas traçadas nos tratados internacionais e as suas próprias metas e responsabilidades em matéria ambiental.

Portugal, na década de 90, era um péssimo exemplo em matéria ambiental, mas foi precisamente na segunda metade desta década que se deram passos decisivos no sentido de cumprir as directivas comunitárias e do desígnio limpar Portugal. Recordo que nessa data tinha responsabilidades no ambiente o actual Primeiro-Ministro e todos, certamente, nos recordamos do imenso trabalho então realizado ao nível do ambiente.

Seguiram-se os governos da coligação da direita, que viram passar o tempo, mudando de ministro como quem muda de camisa, com uma total indefinição em matéria de política ambiental, nada fazendo e nada decidindo.

O actual Governo deu continuidade ao trabalho iniciado antes, tendo promovido uma reorganização profunda de todos os regimes fundamentais das políticas de ambiente, de ordenamento do território e de desenvolvimento regional, tendo procedido também à consolidação dos principais instrumentos dessas políticas, aumentando a sua eficácia e simplificando os procedimentos.

Nestes quatro anos o Governo estabeleceu um quadro novo e inovador para os instrumentos de gestão territorial, gestão dos recursos hídricos, gestão de resíduos, combate às alterações climáticas, reserva ecológica nacional, conservação da natureza e biodiversidade, avaliação de impacte ambiental, avaliação ambiental de planos e programas, responsabilidade ambiental e lançou os alicerces de um novo ciclo de utilização dos fundos comunitários.

Foram preparados planos de intervenção, que permitem otimizar os recursos disponibilizados pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), com vista à resolução dos principais problemas ambientais e de ordenamento do território, assegurando a sua execução, numa acção consistente e apoiada numa visão estratégica.

Aplausos do PS.

São disso exemplo o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para 2007/2013, o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, a Estratégia Nacional para Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais, a abordagem sistemática dos passivos ambientais, a Estratégia para o Litoral e o Polis XXI.

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), previsto desde 1978, a cobertura integral do País, pela primeira vez, por planos regionais de ordenamento do território (PROT), que irão facilitar uma mais criteriosa utilização e gestão do QREN são instrumentos da mais elevada importância que estão concretizados.

A Lei da Água, a titularidade dos recursos hídricos e o Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos são outros diplomas de que o nosso ordenamento jurídico carecia há muito e que a actual maioria implementou.

Aplausos do PS.

Esta legislação tem sido um poderoso impulso para uma nova abordagem à gestão dos recursos hídricos, com consequências no terreno tão diversas como, por exemplo, a criação das novas administrações de região hidrográfica ou a renegociação de 27 contratos de concessão com a EDP, criando um quadro jurídico sólido para uma relação com os poderes públicos, que antes primava pela ambiguidade e pelas omissões.

O Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico, com segurança jurídica relativamente aos instrumentos de salvaguarda do interesse público, é também um exemplo.

A gestão das bacias luso-espanholas, no quadro da Convenção de Albufeira, teve um impulso decisivo que permitiu a assinatura da adenda à Convenção e estabelecer o regime de caudais.

A reestruturação orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), com a criação de cinco direcções de gestão de áreas classificadas, e os passos necessários para obter deste Instituto o equilíbrio financeiro sustentado, invertendo a situação calamitosa recebida do governo anterior, são obra actual.

Foram aprovados 14 planos de ordenamento de áreas protegidas, foi aprovado o Plano Sectorial Rede Natura 2000, foram criadas 11 novas zonas de protecção especial e foram tomadas medidas preventivas para o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

E o lince ibérico, Sr.^{as} e Srs. Deputados? Tê-lo-emos de novo na nossa paisagem do sul do País,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas isso é graças aos espanhóis, não ao Governo!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — ... graças à parceria com Espanha para a reprodução em cativeiro.

Foram dados passos de grande alcance estratégico, enquadrados pelo Regime Geral da Gestão de Resíduos, destacando-se o novo Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos e as bases do Mercado Organizado dos Resíduos.

As iniciativas de limpeza das sucatas da nossa paisagem, visando a erradicação de mais de 780 depósitos ilegais de veículos em fim de vida é de assinalar e de aplaudir.

Aplausos do PS.

O sucesso obtido em matéria de resíduos industriais perigosos, resolvendo um dos problemas ambientais mais sérios com que o País se vinha defrontando há mais de 30 anos, é tarefa igualmente assinalável, apesar das vozes discordantes.

Poderíamos falar ainda do ordenamento do território, litoral e cidades,...

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — E da especulação imobiliária também!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): —... onde, para além da aprovação do PNPOT e da elaboração dos PROT já referidos, a obra realizada é imensa.

Sabemos que tudo isto é pouco ou mesmo nada para a oposição à nossa esquerda, que nada tem a perder porque não será poder, e à nossa direita porque tenta esconder a sua própria incapacidade, demonstrada enquanto o foi.

Mas sabemos também que, neste Dia Mundial do Ambiente, os portugueses (e também esta oposição parlamentar) sabem o quanto melhorou o nosso País em matéria de ambiente por acção dos socialistas sempre que estiveram no poder. É, pois, com muito orgulho que os socialistas estão presentes e encarnam o espírito do Dia Mundial do Ambiente que hoje se comemora.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PSD, numa atitude certamente louvável de querer colaborar na política de ambiente, apresenta-nos hoje, em agendamento potestativo, um projecto de lei e três projectos de resolução.

Comecemos pelo projecto de lei n.º 782/X (4.ª), no qual, basicamente, o PSD propõe uma alteração cirúrgica ao Código dos Contratos Públicos, onde se prevê a majoração, em sede de processo de adjudicação das propostas, «pela incorporação do mais elevado grau de reutilização ou reciclagem de materiais e substâncias».

O princípio é nobre e merece a nossa concordância, pois um dos grandes desafios ambientais da actualidade é precisamente o de definir a melhor estratégia para enfrentar o problema da crescente produção de resíduos.

O Regime Geral da Gestão de Resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, consagra estes princípios e elege a prevenção, a reutilização e a reciclagem como vias a seguir.

O Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, aprovado pela Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro, estabelece um novo referencial para os agentes do sector dos resíduos e define os objectivos a concretizar.

Ressalvando embora a bondade da intenção, não nos parece fazer sentido a proposta de uma norma como esta num artigo de aplicação genérica a todo o tipo de contratos públicos.

Se o critério de adjudicação for o do mais baixo preço não seria possível fazer influir como critério de majoração ou minoração qualquer outro tipo de factor,...

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Essa agora!...

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — ... tornando a proposta inaplicável por impossibilidade.

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa verifica-se que a proposta de norma contende com o disposto no n.º 1 do artigo 75.º, na medida em que o factor proposto aponta para uma diferenciação subjectiva entre os concorrentes, o que se afigura legalmente vedado. Quanto a este critério a proposta é inaplicável por contradição com a lei vigente.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Isso é falso!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — A iniciativa peca, assim, por não ser inovatória nem oportuna.

Passo ao projecto de resolução n.º 492/X (4.ª), sobre o sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos. Já não é esta a primeira tentativa do PSD nesta área, pois em Abril de 2006 os signatários recomendavam ao Governo medidas no âmbito da matéria em apreço.

Neste momento, encontram-se em processo de fusão 8 dos 29 sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos existentes no País.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Há já três anos!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — A fusão de sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos com base em critérios de eficiência e de coerência geográfica constitui objectivo primordial do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos.

O Governo tem vindo a promover activamente...

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Activamente?!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — ... a criação de sistemas territorialmente mais abrangentes e mais sustentáveis do ponto de vista económico-financeiro.

Face ao exposto, considera-se que esta proposta do PSD peca por inoportuna, dado que, neste momento, já se está numa fase posterior à da mera elaboração de estudos.

Sobre a proposta de resolução n.º 493/X (4.ª) — Centro da Biomassa para a Energia, há que dizer que com esta proposta se pretende dar nova vida e novas atribuições ao Centro da Biomassa para a Energia, criado para desenvolver actividade de promoção e utilização das várias formas de biomassa para fins energéticos e que incorporou, na sua fundação, 15 entidades. Esta proposta é louvável por parte do PSD.

Com o lançamento do concurso para a construção de 15 centrais de biomassa o Governo introduziu uma dinâmica enorme neste sector de produção energética, o que implica repensar o Centro da Biomassa para a Energia. Como é certamente do conhecimento dos Srs. Deputados do PSD, com esse objectivo está em curso, entre o Ministério da Economia e da Inovação e o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, um processo para reestruturação do Centro da Biomassa para a Energia, onde as questões agora levantadas estão a ser equacionadas, pelo que o este projecto de resolução só se justificaria por mero oportunismo político.

Passo ao projecto de resolução n.º 494/X (4.ª), sobre gestão de óleos alimentares, no qual o PSD propõe uma série de medidas sem oportunidade, por os estudos estarem já realizados, através, por exemplo, da Agência Portuguesa do Ambiente ou da PricewaterhouseCoopers ou por estarem vertidos em processo legislativo em curso no Governo, tendo sido auscultadas várias entidades que integram os principais intervenientes no ciclo de vida dos óleos alimentares. Na sequência deste trabalho e dos estudos atrás referidos, foi delineada uma solução diversa da que agora o PSD propõe.

O projecto de decreto-lei em preparação no Governo prevê que todos os intervenientes na gestão de óleos alimentares usados, produtores de óleos novos, municípios, distribuição HORECA, indústria e operadores de gestão de resíduos, reportam no Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA) dados específicos e especificados nesta proposta.

Assim, não se vislumbra interesse na aprovação da proposta de resolução apresentada pelo PSD, por desnecessária.

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Filipe.

O Sr. **Presidente**: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados José Eduardo Martins e António Carlos Monteiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo Martins.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Vaz, que enternecedora intervenção a sua...! E que diferença! Quando o Governo do Partido Socialista começou o mandato, o dia 5 de Junho, o Dia Mundial do Ambiente, foi aquele dia fantástico em que aprovaram imensas coisas novas que, num ímpeto de grandemente fazedor e reformista, tinham preparado naqueles dois meses de Governo. Foi a Lei da Água, que fizeram em dois meses...! Foi o regime das contra-ordenações, que fizeram em dois meses...! Foi o Plano do Parque Nacional da Arrábida, que tinham feito em dois meses...! Eram coisas atrás de coisas!... Maravilhas atrás de maravilhas!...

Como é evidente, quem manifestamente andar um bocadinho mais atento do que aquilo que o Sr. Deputado revelou, sabe que estas coisas tinham tido trabalho, estavam prontas, vinham de trás!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — E de tal maneira era má a consciência que o mais importante de tudo isso, que é o regime de contra-ordenações ambientais, a punição dos poluidores, aprovado por vocês faz hoje quatro anos, não vigorou quatro anos, porque já o deitaram fora! Esteve aqui, faz hoje 15 dias, o Sr. Secretário de Estado do Ambiente a deitar fora aquilo que anunciaram há quatro anos, no Dia Mundial do Ambiente.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, registamos que hoje não há Ministro, não há Conselho de Ministros, não há Ministério, há o Sr. Deputado Luís Vaz a responder à iniciativa do PSD. E todas as iniciativas do PSD são, nas suas palavras, nobres, louváveis, com bons princípios, isto, aquilo e aqueloutro. Mas o senhor praticamente anunciou que essa maioria, que, como no outro dia eu já disse, «come com a mesma alegria a pedra e o faisão», todas vai chumbar.

São nobres no regime da construção e demolição, mas o Sr. Deputado insiste em perceber mais de ajustes directos de contratos públicos e de concursos públicos e, portanto, disse para aí umas coisas que nenhum jurista percebe.

São louváveis os princípios relativamente aos óleos usados. É bom princípio a fusão de sistemas que está a acontecer neste momento. Pois está...! Está anunciada há quatro anos e não aconteceu nem uma!

Aplausos do PSD.

Portanto, se não é oportuno, diga-me o que é oportuno! Sabe o que é que lhe digo que é oportuno? É irem-se embora de uma vez para vir alguém que faça o que os senhores há quatro anos dizem que fazem e não fazem!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Termino, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado entendeu dar como exemplo de realizações deste Governo a abordagem dos passivos ambientais, a resolução do problema dos resíduos industriais perigosos. Mas será que o senhor é a única pessoa no País que não percebeu que os Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Industriais Perigosos (CIRVER) nada têm a ver com o vosso Governo?! Que se limitaram a concluir o concurso e a dar licenças a quem fez o investimento?! Que nada vos passou pelas mãos?! Foi o senhor o único que não percebeu?!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Ou é o senhor que não percebe o que diz quando fala de abordagem aos passivos ambientais?! Nos últimos 10 anos, tratou-se um único passivo ambiental neste país: Estarreja! Por este Governo passaram três ministros... Quatro a zero, com o actual!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — O Sr. Deputado António Carlos Monteiro prescindiu de pedir esclarecimentos.

Tem, portanto, a palavra, para responder, o Sr. Deputado Luís Vaz.

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Eduardo Martins, efectivamente, referi há pouco que, para além de palavras, para além de propostas irrealistas ou desenquadradas, é necessário acção. Assim

se compreende que, durante os quatro anos de governo em que V. Ex.^a participou, nada tenha sido feito em termos de acção e tudo tenha ficado apenas pela bondade das propostas e das intenções.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Os CIRVER são invenção? Foi o senhor que os citou!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — O que é oportuno e necessário, Sr. Deputado, é agir! É fazer! É o que o Governo, que esta bancada suporta e apoia, tem vindo a concretizar ao longo destes quatro anos.

A bondade das propostas do PSD, apresentadas hoje, a esta Câmara, existe nos princípios, nas intenções, mas não existe na oportunidade e na necessidade de serem apresentadas, porque aquilo que preconizam está em execução por parte do Governo...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — ... que os portugueses elegeram para poder gerir também as questões ambientais. Falou no código das contra-ordenações ambientais, que há bem pouco tempo foi discutido nesta Assembleia. Pois, voltemos a esta temática!

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Foi destruído!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — Não foi destruído, Sr. Deputado. Foi simplesmente melhorado,...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Tenha vergonha!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — ... porque há que reconhecer os erros quando eles existem e ter a capacidade de os corrigir.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É ridículo...! Tenha vergonha na cara!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — Quero que me digam, Srs. Deputados — e falo para a esquerda e para a direita —, se consideram correcto, por exemplo, que um agricultorzinho lá da vossa terra, que herdou uma vinha onde tem um poço...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Se me deixarem concluir... Não lhes convém ouvir isto..., nem lhes convém que os portugueses ouçam, pois não?!...

Mas vou tentar continuar. Se um qualquer agricultor, lá na terrinha, que tenha herdado uma vinha onde tem um poço já construído pelo tetravô se esquecesse de registar esse poço, teria de pagar uma coima de 12 500 €, sendo o limite dessa coima 25 000 €.

Consideram que isto é eficaz? Consideram que uma coima, por exemplo, desta natureza não produz um efeito contrário, porque ultrapassa o limite da eficácia?

Protestos do BE.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Está a falar do que não sabe!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — É esta a questão que se põe e muitas outras poderíamos aqui enumerar, mas que os Srs. Deputados, intencionalmente e porque estamos em campanha eleitoral, tentam escamotear. O que aqui foi feito recentemente, nesta Assembleia, em termos de código de contra-ordenações ambientais...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Foi uma vergonha!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — ... foi corrigir erros anteriores, que era necessário corrigir para aumentar a eficácia legislativa do diploma!

Aplausos do PS.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Sr. Presidente, para interpelar a Mesa e pedir o favor de fazer distribuir ao Sr. Deputado Luís Vaz o regime jurídico das contra-ordenações ambientais, que, manifestamente, não leu ou não compreendeu.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, é consultável *on-line*. Portanto, a Mesa reitera o apelo para que os Srs. Deputados que nisso tenham interesse possam consultar o diploma.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje é o Dia Mundial do Ambiente. E, ao contrário daquilo que o Partido Socialista tentou fazer crer aqui, não é um dia de celebração. Quanto muito, é um dia de luto.

Quanto à política de resíduos, a única política que o PS tinha para oferecer ao País, ela esgotou-se muito rapidamente. Era a co-incineração dos resíduos industriais perigosos. Aquilo que sabemos é que essa co-incineração continua enredada nos tribunais e que a única solução que está no terreno são os CIRVER, solução do governo PSD/CDS.

Podemos ver o que fez o Partido Socialista com os PIN, nomeadamente na Costa Terra e na Herdade do Pinheirinho, que foi colocar aquilo que são zonas de protecção a salvo; o que fez na REN; o que fez no traçado do TGV, afastando técnicos que dão parecer desfavorável ao TGV e substituindo-o por parecer favorável do Vice-Presidente da CCDR Centro; o que fez com o parecer que deu em relação à terceira travessia do Tejo; e quando faz aquilo que faz em relação às contra-ordenações ambientais.

Sr. Deputado Luís Vaz, é ter muita falta de vergonha na cara falar da forma como falou!

Protestos do PS.

Aquilo que os senhores fizeram nas contra-ordenações ambientais foi propor que as empresas que tenham práticas dolosas, ou seja, intencionais, muito graves, contra o ambiente tivessem um desconto de 50% na contra-ordenação!

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Foi isso que fizeram, Sr. Deputado! E isso resume a política ambiental do Partido Socialista.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Uma desgraça!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Podemos fazer todos os reparos em relação às propostas do Partido Social Democrata. Não consigo é compreender como é que o Partido Socialista consegue vir aqui, e do alto daquela tribuna, perante a ausência completa do Governo em termos ambientais, fazer aquele rol de propaganda que, no terreno, significa zero.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, posso considerar que tenho dúvidas em relação à proposta do Partido Social Democrata relativamente à questão dos óleos alimentares usados. Penso que é fundamental que exista um tratamento para esses óleos e a sua função deve ser a produção de biodiesel. Estou perfeitamente de acordo. Mas tenho dúvidas que faça sentido criar mais uma estrutura, mais uma entidade gestora sem repensar todo o sistema. Confesso que tenho as minhas reservas.

No entanto, no que respeita à gestão do sistema de resíduos sólidos urbanos, detecto a melhoria desta proposta do PSD face à proposta inicial. É verdade que o CDS também criticou essa proposta inicial. Também entendemos que dizer, sem mais, que são cinco sistemas e que vamos indexá-los à electricidade e aplicar mais uma eco-taxa, não era uma solução que estivesse suficientemente sustentada. Mas há algo que, neste momento, a proposta do Partido Social Democrata tem, que é um requisito fundamental, e que falta à política ambiental do Governo, ou seja, a publicidade, a transparência dessa política.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, estou de acordo com a actual proposta do PSD, que assenta fundamentalmente nesse princípio. Estude-se, mas de forma transparente, e publicite-se, mas permita-se a participação, que é aquilo que falta na política ambiental do Governo. Ou seja, falta a publicidade, a transparência e a participação dos cidadãos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mais umas consultas!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Evidentemente, bastante mais.

No que diz respeito à questão dos concursos e à bonificação pelo facto de se utilizar materiais reciclados, Sr. Deputado, com toda a franqueza, não o consigo compreender! O Sr. Deputado diz que não é possível fazer essa alteração porque vai contra a lei?! Sr. Deputado, mas afinal quem é o legislador? Somos nós ou é o Governo? Esqueceram-se que ainda podemos alterar a lei?!

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Já se esqueceram!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Dizer que não se pode fazer essa alteração porque vai contra a lei?! Não!

Sabemos é que o Sr. Deputado, pelos vistos, se prestou a fazer o triste papel de, do alto daquela tribuna, no Dia do Ambiente — ninguém mais teve esse descaramento —, fazer a defesa do Governo. É que, realmente, é indefensável o que o Governo tem feito em termos ambientais. O que vemos é que, por muito que se tente fiscalizar o Governo nesta Assembleia, o que temos como resposta é inacção, opacidade ou decisões que vão claramente contra os objectivos que qualquer país civilizado deveria ter em termos de ambiente.

Sr. Deputado, ficaremos à espera — talvez tenhamos de esperar sentados — do pedido de desculpas que este País merece pela forma como o PS geriu o ambiente durante estes quatro anos. Portugal não merecia isso.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — O Sr. Deputado Luís Vaz inscreveu-se para pedir esclarecimentos, mas o Sr. Deputado António Carlos Monteiro não dispõe de tempo para responder. A menos que a bancada do Partido Socialista esteja disponível para lhe ceder tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mota Andrade.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Sr. Presidente, cedemos 1 minuto para o Sr. Deputado António Carlos Monteiro responder.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Assim sendo, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vaz.

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, compreendo perfeitamente que o que mais lhe dói é o seu partido ter sido também um dos últimos responsáveis por nada ter sido feito em termos de ambiente no anterior governo deste País.

Vozes do PS: — É verdade!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — Na sua intervenção, referiu a questão dos resíduos industriais perigosos. Não temos medo de voltar as vezes que forem necessárias a este tema. Efectivamente, resolveu-se um grande problema ambiental, e quiçá um dos maiores problemas ambientais deste País que há mais de 30 anos carecia de resolução, terminando, na fase final do processo com aquela percentagem diminuta que não tem possibilidade de ser tratada de outra forma que não pela co-incineração, na co-incineração feita dentro do País e não ali ao lado, por exemplo em Badajoz, que poluiria tanto como se fosse do lado de cá da fronteira.

Todo o processo de co-incineração é feito com base na maior segurança e no estrito cumprimento das directivas comunitárias.

É certo que o processo está suspenso, mas a suspensão será levantada e ele continuará em termos da co-incineração, esperando que a morosidade judicial não se alongue muito.

Falou na questão dos PIN nas zonas protegidas ambientalmente. O Sr. Deputado sabe tão bem como eu, assim como os portugueses, que um processo PIN não traz vantagem acrescida para a implantação aqui ou acolá. Apenas se trata de um processo de interesse nacional. A apreciação da bondade da localização da sua instalação compete depois a outras entidades que não ao Ministério da Economia.

Quando às contra-ordenações ambientais, podia dar-lhe milhares de exemplos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Responda àquilo que eu disse!

O Sr. **Luís Vaz** (PS): — Os senhores não gostam, porque têm medo que os portugueses, que sabem o que se passa, saibam que temos razão.

Por exemplo, na área protegida da albufeira do Azibo, se um agricultor quiser fazer uma simples casota para um motor de rega, tem apenas de comunicar à entidade competente. Se por qualquer razão se esqueceu, teria de pagar uma multa que poderia ir até aos 25 000 €. Reduziu-se a coima mínima. Consideram que estamos a beneficiar o infractor, a proteger os poluidores? Estamos, pura e simplesmente, a aumentar a eficácia da própria lei.

Os senhores governaram também na área do ambiente. Em comum com o PSD, foram trocando de ministros. Pergunto: Sr. Deputado, efectivamente, em termos de acção, de obra, o que puseram no terreno na área ambiental durante o tempo que estiveram no Governo?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro. Dispõe de 1 minuto para o efeito cedido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Vaz, afinal em que ficamos? Disse que nada tínhamos feito, mas a única solução que os senhores têm neste momento a funcionar no País para os resíduos industriais perigosos são os CIRVER (Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos), que os senhores inauguraram. Mas foram o CDS e o PSD que os fizeram! Portanto, em que ficamos?

Vozes do PS: — Não, não!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O plano para a Arrábida, quem o tinha feito?! Quem o lançou para consulta pública se não o CDS, na altura em que era ministro do Ambiente o Dr. Nobre Guedes?! Sabe o que lá estava escrito naquele plano? Que era proibida a co-incineração na Arrábida. O que fizeram os senhores?

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Quem fez o plano de ordenamento?!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Depois da consulta pública, retiraram essa proibição, permitiram a co-incineração, permitiram mais extracção de inertes e depois, sem consulta pública, resolveram aplicar esse mesmo plano!

Sr. Deputado, se temos orgulho de alguma coisa é de termos encontrado a verdadeira solução para mais de 80% dos resíduos industriais perigosos.

O Sr. Deputado devia ter vergonha de, ao fim de quatro anos, continuarem enredados nos tribunais e de não terem uma solução, a tal «solução mágica» da co-incineração.

É que quando se olha para o actual panorama em termos de resíduos industriais perigosos, a solução que está a funcionar é a do CDS e do PSD, não a do PS.

Quanto às contra-ordenações ambientais, lastimo que não compreenda o que choca o País.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, já ultrapassou largamente o seu tempo. Queira concluir.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É que, Sr. Deputado, falar num desconto de 50% — é realmente «a saldo»! — para as contra-ordenações ambientais muito graves, intencionais por parte das empresas é não ter a noção do estrago que se está a provocar no ambiente, é incentivar claramente o infractor.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Alda Macedo.

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, gostaria de começar por sugerir que se prestasse um pouco mais de atenção ao projecto de lei que o PSD aqui traz, onde se propõe uma alteração ao Decreto-Lei n.º 18/2008, no sentido de introduzir, nos critérios para adjudicação de obras públicas, factores de ponderação para apreciação e posterior aprovação que incluam a capacidade e a qualidade dos projectos, a fim de integrarem preocupações ambientais.

Na verdade, esta iniciativa remete-nos para a responsabilidade do Estado nesta matéria, responsabilidade essa que tem de ser absolutamente transversal em tudo o que são as suas áreas de intervenção, desde as opções que são feitas para a gestão no quotidiano até às grandes opções do ponto de vista da legislação que norteia as regras, as normas do funcionamento do Estado.

Esta ideia da responsabilidade que é assumida em todas as áreas de acção política — obras públicas, agricultura, educação, saúde, tudo o que são políticas sectoriais —, esta transversalidade da responsabilidade é um sinal que é dado com este projecto de lei e ao qual deve ser dada a maior das atenções.

Na verdade, é sobre responsabilidade que vale a pena falarmos hoje.

Quando hoje começámos este debate, colocando a questão sobre o que aconteceu à lixeira clandestina de Trajouce, foi justamente porque nos parece que, neste momento, o que tem de ser colocado em cima da mesa é a responsabilidade dos órgãos do Estado, Governo e autarquias, que não estão ilibados do que é o seu papel na construção de um modelo de desenvolvimento que assuma a sustentabilidade da vida, das organizações e do desenvolvimento como um dos eixos absolutamente centrais.

Se esta mudança política não for operada, Sr.^{as} e Srs. Deputados, seguramente que o futuro que teremos para oferecer será bem mais triste pois o que aconteceu em Trajouce é absolutamente lamentável. Como dizia há pouco, é o exemplo de um caso de cumplicidade, não só do Governo mas das autarquias que também estão no local, é cumplicidade dos órgãos do Estado no seu conjunto com algo de absolutamente inaceitável.

Desse ponto de vista, a proposta do PSD representa uma ideia que precisa de fazer caminho, a de que tal responsabilidade tem de ser integrada em tudo o que são as acções de governação.

Quis, pois, começar por fazer esta defesa do ponto de vista geral porque me parece o mais importante dado que estamos a discutir as matérias de fundo em relação ao ambiente e o Governo não pode demitir-se da assunção dessa responsabilidade.

O Deputado Luís Vaz, não sei se ingenuamente, se por excesso de boa vontade na apreciação que faz, quer esquecer o que são, de facto, os problemas, agravados ao fim de quatro anos de um Governo que, almofadado pela tranquilidade que lhe dá uma maioria absoluta, operou recuos absolutamente lamentáveis em áreas centrais das políticas do ambiente.

O Governo, de facto, transformou os PIN em curto-circuitos à legislação de defesa das áreas protegidas, assim promovendo a especulação imobiliária da forma mais perigosa para a sustentabilidade do território.

O Governo abriu a porta à cedência, uma extraordinária cedência à benevolência para com a ilegalidade.

Na verdade, o regime das contra-ordenações ambientais, já aqui trazido à discussão, outra coisa não é senão uma extrema benevolência para com a ilegalidade — vale a pena fazer tudo; pode-se fazer tudo; tudo é permitido! É permitido construir hotéis de 5 estrelas em reservas naturais, como é permitido poluir bacias hidrográficas porque, afinal de contas, as coimas até podem baixar.

Assim, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo tem vindo a replicar um modelo de desenvolvimento que é insustentável e que põe em risco o futuro de nós todos.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje, que se comemora o Dia Mundial do Ambiente, valorizamos, neste debate potestativo agendado pelo PSD, a possibilidade que nos é dada para fazer uma análise e um balanço da política de ambiente deste Governo, que é absolutamente desastrosa e que se caracteriza, essencialmente, pela subordinação de toda a política de ordenamento do território, de gestão de recursos naturais e de relação das comunidades com a Natureza aos interesses dos grandes grupos económicos — indústria, turismo, co-incineração, indústria extractiva e por aí fora.

É uma política que subordina o ordenamento do território aos interesses, não das comunidades, não das populações, mas, essencialmente, dos grandes grupos que, ao longo do tempo, têm vindo a delapidar esse mesmo património que deveria ser comum.

É uma política que, como aqui já foi dito hoje, se caracteriza pelo estímulo à prática de actos ilícitos contra o ambiente, através da diminuição das coimas ambientais.

É uma política que se traduz na alteração dos instrumentos de ordenamento do território à medida dos grandes interesses de cada região do País, mesmo que, para isso, seja necessário proibir todas as práticas tradicionais das comunidades, das populações.

Práticas ancestrais, centenárias, que nunca delapidaram a Natureza, são hoje proibidas para dar lugar a uma política de gestão territorial absolutamente descabida que tem feito com que, praticamente, o País esteja a ser «vendido à peça», privatizado, vedando-se o acesso às praias e a áreas de usufruto comum para aí implantar os famosos empreendimentos turísticos a que este Governo, para não chamar «de luxo», chama «de qualidade», para não dizer que é só de alguns, diz que é de qualidade.

Hoje, Sr. Deputado António Carlos Monteiro, mais do que um dia de luto, é um dia de luta contra esta política do Governo, luta contra uma política de ambiente que submete aos interesses económicos o ordenamento do território e também toda a política de gestão de resíduos.

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ao longo de todo o mandato deste Governo, tem tido uma voz activa no combate a esta política de ambiente que se traduz no apagamento das preocupações ambientais e na inconsequência recorrente dos anúncios de propaganda que morrem pouco depois de proferidos.

Estratégias de grande envergadura, como o PERSU II, vieram a mostrar-se, afinal, como logros que se ficam pelo papel. Não que o PCP, como é sabido, defenda os conteúdos desse plano estratégico, mas

também não subscreve esta forma de fazer política que assenta na propaganda e em fingir que faz mas não faz.

O PSD, no entanto, traz hoje a debate mais matérias em torno de problemas ambientais específicos, com propostas concretas.

O projecto de lei em discussão propõe a consideração positiva, para efeitos de contratação e adjudicação pública, de empresas e serviços que incluam nos projectos maior preocupação ambiental, nomeadamente no que toca à incorporação de materiais reciclados ou reutilizados.

O PCP entende que esta proposta do PSD faz todo o sentido e converge com a estratégia política que deve ser adoptada no direito português.

A valorização, neste caso a majoração, dos comportamentos ambientalmente mais sustentáveis deve ser um instrumento de estímulo também dirigido ao mercado e às empresas privadas.

Por isso mesmo, sendo embora um projecto de lei que apenas altera um artigo de um decreto-lei, ele transporta um importante alcance, tendo em conta a dimensão das contratações públicas e das obras, projectos e serviços abrangidos por essas formas de contratação.

O projecto de resolução para a racionalização dos sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos, que o PSD também apresenta, segue o caminho já iniciado pelo PSD num anterior projecto de resolução discutido em 2006. Ele assenta o seu conteúdo numa perspectiva de mercado, de criação de um mercado e na aglomeração dos sistemas existentes em super-estruturas, que além de, como anuncia o PSD, gerarem economias de escala, também geram, curiosamente, novas e grandes oportunidades de mercado e de privatização.

Desse projecto podemos concluir que o PSD também refinou o seu discurso. Em 2006, propunha frontalmente a fusão dos 29 sistemas multimunicipais e intermunicipais em apenas 5, concentrando e possibilitando a futura entrega de um valioso pacote a empresas privadas, ainda que, na altura, passasse por cima das autarquias.

Hoje, o PSD baixa um pouco a bitola e propõe a realização de estudos que envolvam também as autarquias. Percebeu que não poderia impor a fusão e o rearranjo dos sistemas às autarquias e, então, propõe um estudo que contemple as autarquias. Mas isso não oculta a verdadeira intenção, inequívoca, que persiste, e que se lê até na exposição de motivos. Essa intenção não conta com o apoio do PCP.

O projecto do PSD para a criação de uma entidade gestora de um sistema integrado de óleos alimentares usados coloca, em primeiro lugar, a necessidade da criação de um verdadeiro sistema integrado para estes resíduos. Valorizamos essa proposta, nomeadamente, no que toca à necessidade de inventariação e concretização de uma estrutura de acompanhamento ao tratamento, revalorização e reutilização dos óleos alimentares usados.

A criação dessa entidade, porém, tal como o PSD a propõe, não é clara sobre a sua natureza e perfil. Aliás, assim até parece que a única preocupação do PSD é criar mais uma fileira de negócio, mais uma área de mercado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Se calhar!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — No entanto, clarificada que está a posição do PCP sobre essa matéria e, sem excluirmos a participação dos privados, mas valorizando o papel do Estado, o PCP também apoiará esse projecto.

Sem deixar de valorizar os contributos que o PSD apresenta, ainda que não subscrevendo todas as medidas que propõe, não podemos deixar de tornar a evidenciar as contradições inerentes a uma política de direita e a sustentabilidade dessa política. Não será com a criação de mercados, mais rápida ou mais lentamente, pelo PS ou pelo PSD, nem com as privatizações de serviços, que se resolverão os problemas centrais da nossa relação com a natureza. Só mesmo uma ruptura democrática e de esquerda que se sobreponha aos interesses do capital privado poderá romper com a desastrosa política de ambiente que se vai vivendo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de mais, queria saudar o PSD por ter usado um dos seus agendamentos potestativos com matérias tão importantes como as que estão em discussão. É também uma forma de se discutir ambiente, nesta Assembleia, exactamente no Dia Mundial do Ambiente.

E no Dia Mundial do Ambiente o Partido Socialista voltou a trazer à discussão o empenho do Governo em matéria de política dos três *rr* e, sobretudo, no *r* da «redução». Só que, em vez da redução dos resíduos, fala-se apenas na redução das contra-ordenações ambientais, e aí está o trabalho do Governo em matéria de política do primeiro dos três *rr*: redução não de resíduos, mas de contra-ordenações.

Estando em discussão quatro projectos, começo por tecer alguns comentários ao projecto de lei relativo à preferência pelo recurso à utilização de materiais resultantes de reciclagem na contratação pública.

Os Verdes acompanham os propósitos do PSD, já que, através da alteração que é proposta ao Decreto-Lei n.º 18/2008, se introduz um novo e importante critério na adjudicação, que tem a ver com a reutilização e reciclagem de materiais e substâncias.

Parece-nos, contudo, que a redacção proposta se apresenta relativamente vaga, mas o suficiente para permitir diversas interpretações, o que creio tratar-se de uma questão perfeitamente ultrapassável em sede de discussão na especialidade, se lá chegarmos.

A nosso ver, seria muito mais interessante que a proposta incluisse expressamente a previsão da obrigatoriedade mínima de determinada percentagem de materiais reutilizados e reciclados, com o objectivo de, garantidamente, promover o crescimento das taxas de reciclagem de resíduos de construção.

Poderíamos, portanto, ter ido mais longe, com valores específicos e exigências mais concretas.

De qualquer forma, trata-se de um importante passo no sentido de promover a reutilização e a reciclagem de resíduos. E permitam-me que faça uso de uma expressão utilizada pelo PSD quando, em 2007, se discutiu, nesta Assembleia, um projecto de lei de Os Verdes sobre a mesma matéria: «O projecto, infelizmente, não vai tão longe como gostaríamos». Mas, ao invés da abstenção, que foi a posição do PSD em relação ao nosso projecto, vamos votar a favor do projecto do PSD, porque, apesar de não ir tão longe como gostaríamos, sempre representa um passo importante na reutilização e reciclagem de resíduos.

Votamos a favor, mas mantemos a incompreensão sobre os motivos que levaram o PSD, juntamente com o PS, a chumbar as nossas propostas em sede de Orçamento do Estado, que tinham a ver com a matéria deste projecto, nomeadamente a proposta relativa a produtos que incluam, na sua composição, 50% de matéria reciclada.

Relativamente ao projecto de resolução sobre os sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos, trata-se, a nosso ver, de um projecto que segue, no essencial, as linhas fundamentais do projecto de resolução n.º 119/X, também do PSD, embora de modo mais genérico e agora prevendo a criação de grupos de trabalho e de estudos participados.

Como o essencial permanece, as nossas reservas mantêm-se.

Entendemos que o projecto carrega, ainda que implicitamente, a intenção da passagem de um serviço que é público, das autarquias, para uma oportunidade de negócio para o sector privado, que as competências são e deverão continuar a ser das autarquias, nomeadamente no que diz respeito às tarifas, e que a fusão deve ser uma livre opção dos municípios.

Portanto, o nosso sentido de voto manter-se-á, ou seja, votamos contra.

Quanto ao projecto de resolução relativo à gestão dos óleos alimentares usados, estamos inteiramente de acordo com o que se propõe, desde logo porque também estamos conscientes de que se estes resíduos forem devidamente recolhidos, encaminhados e valorizados podem não só transformar-se numa valiosa matéria-prima para a produção de biodiesel e representar, assim, um assinalável contributo para a diminuição da emissão de gases com efeito estufa, como também minimizar a contaminação dos solos e das águas.

Poderão ter ainda um papel importante no que se refere às ETAR, porque as poupam e, ao fazê-lo, estão também a diminuir o consumo energético. É, portanto, mais do que o campo: é o «três em um».

Algumas câmaras municipais, como a do Barreiro, tomaram já a iniciativa de implementar um serviço de recolha de óleos alimentares usados.

Os Verdes têm apresentado diversas propostas de recomendação em várias assembleias municipais, como aconteceu há cerca de 4 anos, em Lisboa, através das quais se recomenda às câmaras municipais a implementação desse serviço. Mas, a par destas iniciativas isoladas, é necessário, de facto, tomar medidas e, por isso, vamos votar a favor deste projecto.

Srs. Deputados do PSD, o que hoje aqui propõem exige verba, exige dinheiro, e Os Verdes esperam que, no próximo Orçamento do Estado, o PSD altere o seu sentido de voto, porque no Orçamento do Estado para 2009 Os Verdes apresentaram uma proposta que previa uma verba destinada à criação de uma estratégia de recolha e encaminhamento de óleos alimentares usados, e o PSD, tal como o CDS-PP e o PS, votou contra. Portanto, vamos estar atentos porque temos a intenção de a voltar a apresentar.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Jovita Ladeira.

A Sr.^a **Jovita Ladeira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Preservar o património natural, dar o tratamento adequado aos resíduos, responder aos desafios das alterações climáticas e educar para o desenvolvimento sustentável são algumas das metas traçadas por este Governo. Por isso, lançou e executou políticas ambientais — repito, lançou e executou políticas — cujos efeitos positivos se farão reflectir durante os próximos anos.

Hoje, tentou-se fazer passar a mensagem de que não há política para o ambiente, mas que também não há política, por exemplo, para os óleos alimentares usados. É totalmente falso! Repito: é totalmente falso!

A gestão dos óleos alimentares usados obedece ao disposto no regime geral dos resíduos, que estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos e é complementada por duas portarias, que regulamentam o transporte e definem os elementos a apresentar pelo requerente no âmbito do processo de licenciamento de gestão de resíduos.

Mesmo sendo proibido pela lei geral a deposição de óleos alimentares usados no meio ambiente, o que acontece é que a mesma se verifica e é responsável pela poluição da água e dos solos, acrescido dos elevados danos nos sistemas de recolha de resíduos e sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais domésticas municipais.

A valorização dos óleos alimentares usados permite a redução de prejuízos ambientais directos e, cumulativamente, promove a auto-suficiência energética e reduz as emissões de gases com efeito de estufa, razões que são mais do que suficientes para uma política real, consciente e também ambiciosa para este sector.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Jovita Ladeira** (PS): — Não é por acaso que Portugal, o nosso Governo fixou a meta de 10% de incorporação de biocombustíveis nos combustíveis de origem fóssil a partir de 2010, antecipando em 10 anos a meta fixada para 2020. Vantagens económicas e ambientais são evidentes.

Aplausos do PS.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — 2010 é daqui a seis meses!

A Sr.^a **Jovita Ladeira** (PS): — Sei que o Sr. Deputado José Eduardo Martins não gosta de ouvir estes factos, que são reais, porque põem em causa todo o tempo que esteve no seu ministério com responsabilidades bem objectivas e bem claras!

Aplausos do PS.

Srs. Deputados: No respeito dos princípios de sustentabilidade ambiental e social, com a preocupação de não entrar em concorrência com a cadeia alimentar, o aproveitamentos e gestão dos óleos alimentares usados para biodiesel é uma atitude coerente e responsável.

Responsabilidade e acção configuram a actuação deste Governo na política delineada para este fluxo.

Por isso, há um Sistema Voluntário de Gestão de óleos alimentares usados e há também um acordo relativo a essa gestão. Foi desenvolvida uma Estrutura de Gestão para os óleos.

Nesta caminhada recente, é reconhecido que o sector doméstico constitui uma parcela do mercado que importa promover em termos de gestão, já que apresenta valores de produção acima dos 50% e a recolha associada a este sector centra-se em iniciativas pontuais por parte de algumas autarquias.

E porque o caminho se faz caminhando,...

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Devagarinho!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A andar para trás!

A Sr.^a **Jovita Ladeira** (PS): — ... o Ministério do Ambiente, apesar de todas as medidas já tomadas nesta frente, iniciou, em Setembro de 2008, um processo de elaboração de legislação específica para os óleos alimentares usados, onde define o papel dos municípios, as responsabilidades dos sectores doméstico, hotelaria e restauração, industrial e dos operadores de gestão, mas também dos produtores dos óleos alimentares novos (OAN), cria o enquadramento jurídico para o fluxo dos óleos alimentares usados, afirma a sua valorização, cria a certificação dos óleos alimentares usados, define planos de acção e metas quantitativas para instalação de equipamentos e infra-estruturas, baseados em rácios, e regula a actividade de gestão dos óleos alimentares usados.

Neste quadro, o projecto de resolução do PSD, sobre a gestão dos óleos alimentares usados, é uma peça estéril, desnecessária e desfasada da realidade. Como, aliás, também o são as outras três iniciativas legislativas que aqui hoje apresentou, relativas, nomeadamente, à utilização de materiais resultantes de reciclagem na contratação pública, aos sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos e ao Centro da Biomassa para a Energia.

Na verdade, Sr.^{as} e Srs. Deputados, mais uma vez, o PSD chega «tarde e a más horas» e tenta apanhar o comboio. Só que ele, Sr.^{as} e Srs. Deputados, já passou a estação e VV. Ex.^{as} ficaram apeados.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Jaime Gama.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP está, no essencial, de acordo com o projecto de resolução que propõe a reconversão do Centro da Biomassa para a Energia, direccionado para objectivos, nomeadamente, a possibilidade de o Centro da Biomassa para a Energia responder a questões que o programa das 15 centrais eléctricas a biomassa florestal postas a concurso não equacionou, como a questão básica das necessidades e disponibilidades de biomassa e disponibilidades para abastecimento das centrais, ou, mesmo, os balanços globais, energéticos e financeiros desses projectos.

Mas gostaria de colocar uma questão que o texto do projecto de resolução não esclarece. Refere-se, no que toca ao investimento nas 15 centrais eléctricas a biomassa florestal postas a concurso, atrás referidas, que haverá que criar as condições necessárias para garantir o respectivo retorno económico, o que só será possível, nomeadamente através de alterações legislativas, no sentido de assegurar a racionalidade económica da sua exploração.

A que alterações legislativas se quer referir o Grupo Parlamentar do PSD? É que a rentabilidade económico-financeira das centrais de biomassa, ou seja, o referido retorno económico, só tem dois caminhos: ou a redução dos custos de exploração florestal, o que será sempre um processo muito lento, ou o aumento das tarifas, quando os clientes da EDP e de outras empresas já pagam tarifas demasiado elevadas.

Como resolve o Grupo Parlamentar do PSD esta quadratura do círculo da situação económica relativamente ao processo de exploração lenta da floresta e à questão do impossível aumento da tarifa?

Estando de acordo no essencial, apesar de tudo, consideramos que é positivo o conjunto do projecto de resolução apresentado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Almeida.

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma primeira palavra para agradecer os contributos das várias bancadas e registar que a maioria delas, exceptuando a do Partido Socialista, concorda e apoia os projectos aqui apresentados, salvo o projecto de resolução relativo à fusão dos sistemas. Obviamente, apraz-me salientar isso.

Quero ainda dar nota, Sr. Presidente, que é muito difícil fazer um debate nestes termos. Ou seja, é muito difícil debater com alguém que fala de uma realidade que não existe, de um país virtual, de um ministério que não existe, de uma realidade que não conhecemos.

O Sr. Deputado Luís Vaz veio aqui dizer, relativamente ao projecto da fusão dos sistemas, que já estamos a fazer fusão em oito sistemas. Mas, Sr. Deputado, há quatro anos que andam a fazer a fusão dos oito sistemas, repito, há quatro anos, e não conseguiram?!

Sr. Deputado, deixe-me dar-lhe um conselho (e não leve a mal que lhe diga isto, até porque me custa dizer-lho): os senhores ouçam menos os ministérios e estudem mais no grupo parlamentar, era melhor receberem menos informação dos ministérios e estudarem um pouco mais aqui. É que não tenho dúvida alguma de que, se o senhor (que até já foi autarca) tivesse ido falar com os seus colegas, não teria feito aqui essa sua intervenção. É que os autarcas portugueses não pensam o que o senhor aqui referiu.

Aplausos do PSD.

O que os autarcas portugueses não querem é continuar a pagar diferente em Lisboa ou no interior norte do País. E o que o Sr. Deputado veio aqui dizer é que faz sentido que municípios em torno da capital possam pagar três vezes menos do que municípios do interior norte do País.

Nós não aceitamos isso, Sr. Deputado, e achamos que é preciso mudar, mas mudar rapidamente.

Neste País, Sr. Deputado, passa-se algo que não consigo entender: o óbvio é sempre o mais difícil de fazer. E é óbvio que esta reforma vai ter de ser feita. Os senhores não querem aprová-la agora. Mas, mais tarde ou mais cedo — diria mais cedo do que tarde —, ela vai ter de ser feita.

Aplausos do PSD.

Sobre o projecto relativo ao Centro da Biomassa para a Energia, fiquei baralhado. É que comecei por ouvir o Sr. Deputado Horácio Antunes «cantar hossanas» à nossa proposta, depois, o Sr. Deputado Luís Vaz veio dizer «a proposta é boa, mas...», e, agora, a Sr.^a Deputada Jovita Ladeira veio chamar-lhe estéril. Portanto, no mesmo debate, os senhores conseguiram transformar uma fantástica proposta numa estéril proposta!... Isto é lamentável. Ninguém nesta Sala percebeu por que é que os senhores não querem aprovar esta proposta.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Porque estão contra tudo!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Os senhores querem criar o observatório para a biomassa. Miranda do Corvo tem instalações, tem matéria humana, mas os senhores não querem aprovar o observatório da biomassa para Miranda do Corvo.

Protestos do PS.

Srs. Deputados, como eu já disse, ouçam menos a informação que vem dos ministérios e estudem um bocadinho mais.

O Sr. **José Manuel Ribeiro** (PSD): — Exactamente!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Vão ao terreno e falem com as pessoas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Se for falar com a Sr.^a Presidente da Câmara de Miranda do Corvo, ela lhe dirá o que disse o Sr. Ministro da Economia e o Sr. Ministro da Agricultura sobre essa matéria. Curiosamente, disseram-lhe a si o contrário! Mas, enfim, já estamos habituados a essa dualidade de respostas.

Relativamente aos óleos alimentares usados, é outra proposta que é boa, mas... E sobre isso, Sr.^a Deputada Jovita Ladeira, não está a ser feito. É o que eu digo: se a Sr.^a Deputada estudasse um bocadinho mais, não diria isso. E sabe por que é que não está a ser feito? Porque estamos a falar de uma entidade gestora, de uma fileira para gerir, da mesma forma que os senhores, e bem, embora vindo de trás, puseram no terreno a Valorpneu. Portanto, estamos a falar de uma fileira igual àquilo que já existe.

A Sr.^a **Jovita Ladeira** (PS): — Está a ser feito!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Como compreenderá, em relação a cada proposta que trazemos à Câmara, os senhores trazem um papel que deve estar guardado num ministério qualquer e vêm dizer que está a ser feito. Mas os senhores já estão no governo há quatro anos e meio! Convinha qualquer «coisinha», uma resposta sobre esta matéria.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — É a chamada «qualquer coisinha» mesmo!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — A terminar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de dizer que, de facto, é muito difícil fazer assim os debates, porque os senhores são contra porque são contra.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Isso!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Não apresentaram nem um argumento válido para recusar estas propostas, a não ser a politiquice, perdoem-me a expressão.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Tal e qual!

O Sr. **Miguel Almeida** (PSD): — Assim, é muito difícil. Os senhores não conhecem a realidade, deveriam ouvir menos os ministérios e ir mais ao terreno. Se o tivessem feito, não teriam levado a cabo a desastrosa intervenção que hoje tiveram neste debate.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, concluída a discussão do projecto de lei n.º 782/X (4.^a) e dos projectos de resolução n.ºs 492, 493 e 494/X (4.^a), da iniciativa PSD, e antes de iniciarmos as votações, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente que, entretanto, deu entrada na Mesa.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Fernando Santos Pereira): — Sr. Presidente, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projectos de lei n.ºs 802/X (4.^a) — Elimina as contra-ordenações sobre quem não detém título de transporte válido em paragens ou estações do metro ligeiro ou nos cais de comboios sem dispositivos fixos para controlar e limitar entradas e saídas, procedendo à segunda alteração da Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em transportes públicos (PCP), que baixou à 1.^a Comissão, 803/X (4.^a) — Protege e valoriza a reserva agrícola

nacional (BE), que baixou à 6.^a Comissão, e 806/X (4.^a) — Cursos do ensino superior em regime pós-laboral (BE), que baixou à 8.^a Comissão; e dos projectos de resolução n.ºs 502/X (4.^a) — Deslocação do Presidente da República a Edimburgo (Presidente da AR), 503/X (4.^a) — Recomenda ao Governo a criação de uma comissão de acompanhamento de turmas com percursos curriculares alternativos (BE), que baixou à 8.^a Comissão, 505/X (4.^a) — Recomenda ao Governo que adopte medidas de apoio imediato à produção de leite nacional (PCP), que baixou à 6.^a Comissão, e 506/X (4.^a) — Recomenda ao Governo que altere a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, para atribuir aos trabalhadores da administração fiscal o vínculo de nomeação (BE), que baixou à 5.^a Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos proceder à verificação do quórum, utilizando o cartão electrónico.

Pausa.

Os Srs. Deputados que, por qualquer razão, não puderem registar-se electronicamente, terão de o sinalizar à Mesa, para que seja considerada a respectiva presença na reunião.

Pausa.

Srs. Deputados, o quadro electrónico regista 189 presenças (107 do PS, 60 do PSD, 10 do PCP, 2 do CDS-PP, 7 do BE, 1 de Os Verdes e 2 não inscritos), pelo que temos quórum para proceder às votações.

Começamos pela votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 782/X (4.^a) — Preferência pelo recurso à utilização de materiais resultantes de reciclagem na contratação pública (PSD).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP, do BE, de Os Verdes e de 2 Deputados não inscritos.

Vamos, agora, votar o projecto de resolução n.º 492/X (4.^a) — Sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos (PSD).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PCP e de Os Verdes e votos a favor do PSD, do CDS-PP, do BE e de 2 Deputados não inscritos.

Vamos proceder à votação do projecto de resolução n.º 493/X (4.^a) — Centro da Biomassa para a Energia (PSD).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP, do BE, de Os Verdes e de 2 Deputados não inscritos.

Passamos à votação do projecto de resolução n.º 494/X (4.^a) — Gestão dos óleos alimentares usados (PSD).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PSD, do PCP, do BE, de Os Verdes e de 2 Deputados não inscritos e a abstenção do CDS-PP.

Srs. Deputados, chegados ao fim dos nossos trabalhos de hoje, resta-me informar que a próxima reunião plenária se realiza na sexta-feira, dia 12 de Junho, com início às 10 horas e a seguinte ordem de trabalhos: discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 270/X (4.^a) — Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social; discussão, também na generalidade, da proposta de lei n.º 269/X (4.^a) — Autoriza o Governo a estabelecer o novo regime do arrendamento rural; discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 773/X (4.^a) — Estabelece a protecção dos utentes vulneráveis nos serviços públicos essenciais de energia (BE); e, ainda, o pacote autárquico.

Haverá votações regimentais às 12 horas.
Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Popular (CDS-PP):

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Srs. Deputados que faltaram à verificação do quórum de deliberação (n.º 29 da Resolução n.º 77/2003, de 11 de Outubro):

Partido Socialista (PS):

Glória Maria da Silva Araújo

Partido Social Democrata (PSD):

Carlos Manuel de Andrade Miranda

Emídio Guerreiro

José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos

Sérgio André da Costa Vieira

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

António Ribeiro Gameiro

Fernanda Maria Pereira Asseiceira

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida

Lúcio Maia Ferreira

Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa

Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo

Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto

Rita Manuela Mascarenhas Falcão dos Santos Miguel

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

Partido Social Democrata (PSD):

Henrique José Praia da Rocha de Freitas

Jorge Fernando Magalhães da Costa

Jorge José Varanda Pereira

José Mendes Bota

José Pedro Correia de Aguiar Branco

Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes

Mário Henrique de Almeida Santos David

Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel

Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos

Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Jerónimo Carvalho de Sousa

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista

Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

José Hélder do Amaral

Luís Pedro Russo da Mota Soares

Nuno Miguel Miranda de Magalhães

Paulo Sacadura Cabral Portas

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Francisco Anacleto Louçã

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL